

PARECER DA CCJ AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Inserem-se os artigos 79ª, 79B, 79C, 79D e 79E à Lei Complementar 05/1997 e dispõe sobre o benefício Alimentação Via Cartão Magnético, para todos os servidores Públicos e Conselheiros Tutelares e dá outras providências."

O projeto de lei em epígrafe, de iniciativa do Executivo Municipal, vem à esta comissão para análise, sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em obediência ao disposto no art. 107, I, do Regimento Interno.

Lido em Plenário no dia 09 de dezembro do corrente ano, durante a 21ª Sessão Ordinária, o PLC nº 09 de 08 de dezembro de 2021 foi encaminhado à Sala das Comissões, e, após apreciação, opinou-se pela aprovação, haja vista estar dentro dos parâmetros legal, constitucional, jurisdicional e boa técnica legislativa.


Insta salientar, que o Projeto de Lei em evidência não ofende a moralidade, e muito menos é prejudicial ao interesse público, dispor sobre o benefício de alimentação aos servidores do Executivo municipal e Conselheiros Tutelares por meio de cartão magnético, uma vez que trará maior transparência a essa despesa de caráter indenizatório.

Outrossim, o referido PLC está em consonância ao determinado na Lei de Responsabilidade fiscal (LC 101/2000), notadamente nos seus artigos 16 e 17, no que se refere às declarações quanto ao impacto e compatibilidade orçamentária.



Ante ao exposto, no que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, o presente parecer manifesta pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, no mérito, opina pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 09/2021.


Sala das Comissões Frank Landi, em 14 de dezembro de 2021.



Gilberto José da Silva
Presidente da CCJ



Jose Estevam Lourenço Neto
Relator da CCJ



Daniela Cristina Teixeira Salles
Membro da CCJ

